



Câmara Municipal de Juína/MT
Procuradoria Legislativa da Câmara Municipal de Juína/MT

PARECER JURÍDICO nº 40/2025

Objeto: Projeto de Lei Ordinária nº 16/2025.

Ementa: Dispõe sobre a denominação de via pública no município de Juína-MT.

I - DO RELATÓRIO

Foi encaminhado o Projeto de Lei nº 16/2025 que dispõe sobre a denominação de via pública no município de Juína-MT.

Em suas considerações o autor justifica que a presente proposição tem como objetivo prestar justa homenagem ao senhor Edvaldo Nunes, cidadão falecido no ano de 2010, cuja memória é amplamente respeitada pela comunidade de Juína. Em vida, “Nunes”, como era carinhosamente conhecido, foi uma pessoa de conduta exemplar, muito respeitada pela população local.

É o sucinto relatório.

II - DA ANÁLISE JURÍDICA

No procedimento prévio de controle de constitucionalidade estruturado no âmbito da produção legislativa municipal, de um modo geral, aprecia-se a legalidade e constitucionalidade do projeto de lei sobre três perspectivas elementares: i) a matéria legislativa proposta deve se encontrar entre aquelas autorizadas pela CF/88 aos Municípios; ii) se foi respeitada a rígida observância das preferências quanto à iniciativa para proposição prevista pela ordem jurídico-constitucional; iii) a possibilidade de violação por parte da matéria legislativa proposta à direitos fundamentais ou instituições tuteladas por regras ou princípios constitucionais.

II.1 - Da competência e iniciativa



Câmara Municipal de Juína/MT
Procuradoria Legislativa da Câmara Municipal de Juína/MT

O projeto versa sobre matéria de competência do Município em face do interesse local, encontrando amparo no artigo 30, inciso I, da Constituição da República e no artigo 14, incisos XII da Lei Orgânica Municipal, *in verbis*:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

(...)

Art. 14. Ao Município compete prover a tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:

(...)

XII - dispor sobre o uso de áreas urbanas, regulamentando o zoneamento, particularmente quanto à localização de fábricas, oficinas, indústrias, depósitos, serviços e instalações, no interesse da saúde, da higiene, do sossego, do bem-estar, da recreação e da segurança da população;

(...)

De igual modo, dispõe o art. 56, inciso XIII, da Lei Orgânica Municipal:

Art. 56. Cabe à Câmara, com a sanção do prefeito, não exigida esta para o especificado no art. 58, dispor sobre as matérias de competência do Município e especialmente:

(...)

XIII - autorizar a alteração a denominação de próprios, vias e logradouros públicos;

(...)

A iniciativa é do vereador Aélcio Moreira de Oliveira, nos termos do artigo 61 da Lei Orgânica Municipal, bem como o STF no Tema 1070 entende ser comum a competência para denominação de próprios, vias e logradouros públicos e suas alterações¹.

¹ STF – Supremo Tribunal Federal. Tema 1070 - Competência para denominação de ruas, próprios, vias e logradouros públicos e suas alterações. **É comum aos poderes Executivo (decreto) e Legislativo (lei formal) a competência destinada a denominação de próprios, vias e logradouros públicos e suas alterações, cada qual no âmbito de suas atribuições.** Relator Ministro Alexandre de Moraes. RE 1151237.



Câmara Municipal de Juína/MT
Procuradoria Legislativa da Câmara Municipal de Juína/MT

Não se verifica, a princípio, qualquer vício de iniciativa, uma vez que os dispositivos do projeto não tratam de matérias de competência privativa do Chefe do Executivo dispostas no art. 61 da Lei Orgânica Municipal.

II.2 – Da prévia licença da Prefeitura

A Lei Orgânica do Município de Juína/MT em seu Art. 14 dispõe acerca das suas competências:

Art. 14. Ao Município compete prover a tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:

(...)

XI - dispor sobre parcelamento do solo urbano e arruamentos:

XII - dispor sobre o uso de áreas urbanas, regulamentando o zoneamento, particularmente quanto à localização de fábricas, oficinas, indústrias, depósitos, serviços e instalações, no interesse da saúde, da higiene, do sossego, do bem-estar, da recreação e da segurança da população.

XIII - regulamentar a utilização de logradouros públicos, especialmente no perímetro urbano:

- a) determinar o itinerário e os pontos de paradas dos transportes coletivos;
- b) dispor sobre os locais de estacionamento de táxis e demais veículos;
- c) conceder, permitir ou executar serviços de transportes coletivos municipais e de táxis e fixar as respectivas tarifas;
- d) disciplinar os serviços de cargas e descargas e fixar a tonelage máxima permitidas a Veículos que circulam em vias públicas municipais;
- e) fixar e sinalizar os limites das "zonas de silêncio".

XIV - sinalizar as vias urbanas e as estradas municipais, bem como regulamentar e fiscalizar a sua utilização;

XV - dispor sobre a limpeza de logradouros, remoção e destino do lixo domiciliar;

(...)

Assim, a Lei Municipal nº 21, de 21 de setembro de 1984, dispõe sobre desmembramentos, remembramentos e arruamentos no Município de Juína e dá outras providências, em seu art. 3º exige a prévia licença da Prefeitura:



Câmara Municipal de Juína/MT
Procuradoria Legislativa da Câmara Municipal de Juína/MT

Art. 3º - A execução de qualquer loteamento, arruamento e desmembramento no Município, dependem de prévia licença da Prefeitura, devendo ser ouvidas, quando for o caso, as autoridades mencionadas no Capítulo V da Lei nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979.

Parágrafo Único - As disposições da presente lei aplicam-se também aos loteamentos, arruamentos e desmembramentos efetuados em virtude de divisão amigável ou judicial para a extinção de comunhão ou para qualquer outro fim.

Ocorre que em análise aos documentos que acompanham o presente projeto de lei não foi verificada a presença de licença da Prefeitura Municipal de Juína do logradouro que se pretende dar/alterar a denominação.

Assim, a licença da Prefeitura Municipal de Juína é requisito de validade sobre a existência do logradouro, pois não se pode dar nome a uma rua se esta não faz parte do controle do município quanto a existência de vias públicas.

Logo, necessário que seja apresentado documento do controle urbano sobre a existência arruamento que se pretende denominar/alterar no mapa urbano do município, de acordo com o que dispõe o art. 3º da Lei Municipal nº 21, de 21 de setembro de 1984.

II.3 – Dos requisitos exigidos pela Lei Municipal nº 1.947/2020

Como se sabe a Lei Municipal nº 1.947, de 1º de outubro de 2020, consolida a legislação municipal sobre a denominação e a alteração da denominação de vias, logradouros e próprios municipais e dá outras providências.

Desta forma, necessário o preenchimento dos requisitos exigido por este dispositivo para a denominação/alteração de via pública no município de Juína/MT, especialmente os artigos 2º e 6º:

Art. 2º É vedada a denominação de via ou logradouro público com o nome de pessoa viva.



Câmara Municipal de Juína/MT
Procuradoria Legislativa da Câmara Municipal de Juína/MT

Art. 6º **É vedada a alteração de denominação de vias e logradouros públicos, salvo nos seguintes casos:**

- I - constituam denominações homônimas;
- II - não sendo homônimas, apresentem similaridade ortográfica, fonética ou fator de outra natureza que gere ambiguidade de identificação;
- III - quando se tratar de denominação suscetível de expor ao ridículo moradores ou domiciliados no entorno;
- IV - quando se tratar de denominação, referente à autoridade que tenha cometido crime de lesa-humanidade ou graves violações de direitos humanos;
- V - nos casos previstos no art. 5º desta Lei.

§1º As denominações serão consideradas homônimas, ainda que o conjunto constituído pela tipologia do logradouro e seus nomes sejam diferentes.

§2º No caso previsto no inciso III, é indispensável a expressa anuência de, no mínimo, dois terços dos moradores ou domiciliados, devidamente identificados.

§3º Para a nova denominação de logradouros atingidos pela questão de homonímia deverão ser consultados os moradores ou domiciliados dos mesmos, devidamente identificados.

§4º Para a nova denominação de logradouro nos casos dos incisos I e IV deverão ser consultados os residentes ou domiciliados, dos mesmos devidamente identificados.

Assim, nos documentos que acompanham o presente projeto de lei, não é possível saber se o logradouro já foi denominado de “Rua Projetada” e se pretende fazer a alteração ou se não possui nome, haja vista que, conforme já exposto no tópico anterior, não há nenhum documento emitido pelo Departamento de Controle Urbano quanto a esta questão.

Em razão disso, a eventual alteração do nome do logradouro é necessário que seja consultado os residentes ou domiciliados no referida via, conforme dispõe o §3º, do art. 6º supra.

De igual modo, o art. 5º veda a denominação de logradouros públicos nos seguintes casos:



Câmara Municipal de Juína/MT
Procuradoria Legislativa da Câmara Municipal de Juína/MT

Art. 5º É vedada a denominação de logradouros públicos com nome de pessoa que tenha contra si ou contra a empresa de que faça parte, conforme o caso:

I - representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, em decisão transitada em julgado ou proferida pro órgão colegiado, com processo de apuração de abuso do poder econômico ou,

II - ação julgada procedente, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, pelos crimes:

- a) contra a economia popular, a fé pública, a fazenda pública, a administração pública e patrimônio público;
- b) contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na Lei que regula a falência;
- c) contra o meio ambiente e a saúde pública;
- d) de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;
- e) de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos;
- f) de redução à condição análoga à de escravo;
- g) contra a vida e dignidade sexual;
- h) de tráfico de influência e atividade que envolva exploração sexual;
- i) praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando;
- j) os que forem declarados indignos do oficialato, ou com ele incompatíveis.

Portanto, a fim de cumprir a exigência do artigo acima citado, necessário se faz a juntada de certidão negativa da Justiça Eleitoral e certidão negativa criminal da Justiça Comum e Federal.

II.4 - Da tramitação e votação

Preliminarmente, a propositura deverá ser submetida ao crivo das Comissões Permanentes de **Legislação, Justiça e Redação** (art. 51, inciso I, alínea “a”, do Regimento Interno), e **Obras, Serviços Públicos e Infraestrutura** (art. 51, inciso III, alínea “b” e “c”, do Regimento Interno).

Para aprovação do Projeto de Lei nº 16/2025 será necessário o voto favorável por maioria simples, em dois turnos de discussão e votação.

III - DA CONCLUSÃO



Câmara Municipal de Juína/MT
Procuradoria Legislativa da Câmara Municipal de Juína/MT

Por todo o exposto, diante dos aspectos formais que cumpre examinar neste parecer, a Procuradoria da Câmara Municipal do ponto de vista de constitucionalidade, juridicidade, e boa técnica legislativa, OPINA s.m.j. pela viabilidade técnica do Projeto de Lei nº 16/2025, **condicionado**:

a) **Apresentação de documento do Departamento de Controle Urbano sobre a existência arruamento que se pretende denominar/alterar no mapa urbano do município;**

b) **Caso se trate de alteração do nome do logradouro é necessário que seja consultado os residentes ou domiciliados no referida via;**

c) **Apresentação de certidão negativa da Justiça Eleitoral e certidão negativa criminal da Justiça Comum e Federal, em nome do falecido.**

Impende destacar, que a emissão do presente parecer não substitui os pareceres das Comissões Permanentes, porquanto essas são compostas pelos representantes do povo e constituem-se em manifestação efetivamente legítima do Parlamento.

Dessa forma, a opinião jurídica não tem força vinculante, podendo seus fundamentos ser utilizados ou não pelos nobres Edis.

É o parecer, salvo melhor juízo das Comissões Permanentes e do Plenário desta Casa Legislativa.

Juína/MT, 20 de maio de 2025.

Janaína Braga de Almeida Guarienti
Procuradora Legislativa
OAB/MT 13.701 - PORTARIA Nº 42/2019